

**ATA DA 400ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE - CEPRAM**

No dia 31 de maio de 2019, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 400ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Na pauta constaram os seguintes itens: 1. Apresentação dos processos adiados na 398ª Reunião Ordinária do CEPRAM; 2. Definição dos Conselheiros que representarão o CEPRAM na Visita Técnica à Cetrel; 3. Análise do pedido de avocação do processo de licenciamento ambiental do projeto da Ponte Salvador-Itaparica solicitado pelos conselheiros representantes da UFBA e do Gambá; 4. Proposta de discussão na CTAJIN de alteração das atribuições e composição da CT Recursal, delegando a mesma competência para julgar; 5. Apreciação da proposta de aprimoramento das audiências públicas no processo de licenciamento ambiental, que foi demanda do conselheiro Severino; 6. Apreciação da proposta de Recomendação CEPRAM para normatização do licenciamento ambiental dos resíduos da saúde; 7. Apreciação da proposta de Recomendação CEPRAM para elaboração do Programa Estadual do Meio Ambiente; 8. Apresentação pelo ICMBIO da Nova Abordagem para elaboração de Plano de Manejo, como o Governo Federal encontra-se em um processo de reestruturação, ficou difícil encontrar a representação para fazer essa apresentação, portanto vai ser retirado de pauta e isso volta em outra pauta; 9. Deliberação sobre o pleito de novas eleições encaminhado pela FETAG; 10. Informes; 11. O que ocorrer. Mariana Mascarenhas - SEMA iniciou a reunião após a verificação do *quórum e informou que todos* receberam antecipadamente, no prazo regimental a pauta e os documentos que serão apreciados hoje. Informou que Márcia Telles – INEMA estava a caminho e era importante a presença dela em alguns pontos da pauta, e se fosse necessário seria feita inversão de pauta.

Renato Cunha – Gambá solicitou inversão de pauta, para fazer a leitura de um requerimento para ser entregue ao CEPRAM envolvendo a autorização de supressão de vegetação no Cerrado Baiano, que foi dado recentemente pelo INEMA e todos os conselheiros concordaram. O documento entregue por Renato possuía as seguintes propostas: apreciação pelo CEPRAM de uma proposta normativa sobre critérios necessários para liberação das Autorizações de Supressão de Vegetação - ASV'S e outorgas na região do cerrado; além da criação de um grupo de trabalho no CEPRAM para analisar, monitorar e acompanhar essas autorizações.

Evilásio Fraga – Sindicato dos Produtores Rurais de Ibicoara, disse entender que foi aberto o precedente para receber o documento, que é legítimo o posicionamento da sociedade civil e deve ser feito o debate oportunamente e, se for para fazer qualquer outra inferência, é necessário que vá para o que ocorrer, pois existe uma pauta e deve-se cumpri-la.

38 Mariana Mascarenhas – SECEX informou no que se refere à pauta de processos, possuem
39 dois processos recursais: **Processo:** 2008-008204/TEC/AIMU-0551 - JACOBINA
40 MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA não retornou ainda da Procuradoria Jurídica – Projur/
41 INEMA e por conta disso não vai poder ser analisado nessa reunião. E o **Processo:** 2009-
42 030923/TEC/AIMU-0661- FÁBRICA DE GAZES IND AGRO-PROTETORAS FAGIP S/A,
43 também foi retirado da pauta, pois ficou faltando voto de um dos conselheiros, então
44 também não vai ser apreciado hoje. No que se refere à definição dos Conselheiros que
45 representarão o CEPRAM na visita técnica à Cetrel, a mesma informou através de ofício que
46 por segurança era necessário restringir a um número de 12 conselheiros, por isso vai ter
47 que vê como vai ser a distribuição dessas vagas e definir uma data. Mariana Mascarenhas -
48 SECEX propôs que as 12 vagas sejam distribuídas 04 para cada segmento, e todos os
49 conselheiros concordaram.

50 Grigório Rocha – SINDAE informou que tem interesse em compor o grupo da visita técnica,
51 por ser um sindicato da categoria do saneamento e ao mesmo tempo sinalizou que o
52 SINDAE representa os trabalhadores da Cetrel. Manifestaram interesse também em fazer a
53 visita Severino Agra – UFBA, Cláudio Mascarenhas – GERMEN e Renato Cunha – GAMBÁ.
54 Manoel Ailton – Comunidade Quilombola disse achar importante cada segmento se reunir
55 para vê quem está mais interessado em fazer a visita a Cetrel.

56 Diante do exposto Mariana Mascarenhas, passou esse ponto da pauta para depois, para dar
57 tempo dos setores definirem e ao final da reunião cada setor informar os escolhidos.
58 Informou, ainda, que consultou a agenda do secretário e que as datas possíveis são:
59 10/06; 14/06; 02/07; 03/07; 04/07, mas que se for um impedimento pode fazer a visita sem a
60 presença dele.

61 Severino Agra – UFBA - informou que o ideal para ele é que seja no começo de julho, pode
62 pegar a primeira semana de julho?

63 Luciano Fiuza – CETREL pontuou que internamente a Cetrel tem uma agenda muito
64 extensa e já havia sido fechada uma data de 12/06 no período da tarde.

65 Diante do exposto ficou definido que a visita a CETREL seria dia 12/06, no período da tarde
66 e que posteriormente será encaminhado e-mail com as instruções necessárias. Passou-se
67 para a análise do processo de avocação do Projeto da Ponte Salvador/Itaparica que foi
68 encaminhado e assinado o requerimento por Renato Cunha – GAMBÁ, Luiz Vitor – IDEIA e
69 por Severino Agra – UFBA.

70 Luiz Vitor Marsala – IDEIA fez a apresentação do pedido da avocação do processo de
71 licenciamento da Ponte.

72 Mariana Mascarenhas- SECEX pontuou que os três Conselheiros encaminharam o pedido
73 de requerimento de avocação e pelo regimento CEPRAM existe essa possibilidade e que foi
74 entregue no prazo regimental. Explicou que já aconteceu, em outra ocasião a solicitação de

75 avocação de um processo para que o conselho se manifestasse, e na ocasião teve o
76 momento de olhar o processo e fazer as recomendações e sugestões, porém isso não foi
77 feito. Então, precisa-se deixar claro que o processo quando avocado, passa para o
78 CEPRAM o qual pode fazer recomendações para o processo de licenciamento que é feito
79 no INEMA. Informou que a avocação está prevista na Lei 10.431 de 20 de dezembro de
80 2006, no artigo 147.

81 Ruy Argeu – SINCOFARMA – classificou esse ato como uma oposição contra a vontade do
82 povo, vez que o Governo da Bahia aí presente foi eleito com mais de 70% dos votos
83 válidos e escolheu seus dirigentes de acordo com a sua confiança e que de repente vai se
84 questionar o trabalho do INEMA. As razões apresentadas não pareceram menos
85 importantes que a abertura de um canal de comunicação de Salvador com a Ilha e com esta
86 região Oeste da cidade, que está hoje apertada sem área para crescimento. Informou ainda
87 que Salvador tem ficado atrás, perdendo espaço e precisa de um canal de crescimento e
88 essa é uma via bastante razoável. Disse não se sentir competente para poder fazer
89 avaliação de um projeto e para isso o Governo do estado tem técnicos no INEMA
90 qualificados.

91 Jorge Cajazeira – FIEB - falou que a palavra avocar no dicionário significa “atrair para si”, e
92 a interpretação de alguns advogados que avocar não é simplesmente ter acesso a
93 documentação e nem é somente poder opinar, é mudar a responsabilidade e que o setor
94 industrial é totalmente contra. Propôs que o assunto fosse retirado de pauta e solicitou
95 esclarecimento formal do significado do termo avocar para depois deliberar sobre o assunto.

96 Luiz Vitor Marsala – IDEIA falou que não existe controvérsia do significado da palavra
97 avocar no jargão jurídico, é de fato “atrair para si”, quando os processos são avocados para
98 uma determinada instância eles passam a ser julgados por aquela instância. Essa questão
99 não compete controvérsia e sinalizou que este licenciamento da ponte Salvador/Itaparica,
100 por ter sido avocado terá que ser deliberado pelo CEPRAM e nesse caso específico o
101 INEMA terá que funcionar como uma Assessoria Técnica para o Conselho. Mas concordou
102 que seja feita uma consulta a Procuradoria Geral do Estado - PGE acerca da avocação,
103 entretanto concorda que nada deve ser deliberado enquanto essa questão não for definida.
104 Desta forma existe a necessidade de suspender o andamento desses procedimentos para
105 que se defina de quem é de fato a responsabilidade para a deliberação final desse assunto
106 quer seja da ponte, quer seja do projeto Mangaba Cultivo de coco. E a propósito afirmar
107 também que é função do Conselho não se opor, mas exercer o controle social das
108 atividades exercidas pelo Poder Executivo.

109 Severino Agra – UFBA - complementou dizendo que esse processo de licenciamento o
110 ideal seria que fosse analisado no CEPRAM, desde a licença prévia para efeito de decisão e
111 o que o requerimento está pedindo é que daqui para frente o Conselho acompanhe a

112 qualidade dos programas e projetos da ponte. O que vale é a legislação nacional, a
113 Constituição Federal que determina que as instâncias governamentais, apesar de terem
114 legitimidade representativa, é também participativa e tem que haver o controle social.

115 Renato Cunha- GAMBÁ complementou que em nenhum momento está se questionando a
116 competência técnica do INEMA, mas o CEPRAM em casos excepcionais deve acompanhar
117 e ter mais controle social nesses processos de licenciamento, sendo o caso da ponte
118 emblemático e que por todas as questões já colocadas merece que o CEPRAM acompanhe
119 dentro deste processo legal de avocação, tendo um processo de discussão dentro do
120 Conselho, através de um grupo de trabalho, Câmara técnica com os Conselheiros que se
121 interessarem, com os técnicos do INEMA e SEMA.

122 Miguel Accioly – UFBA informou que a questão de passar pelo CEPRAM, inclusive confere a
123 um projeto dessa natureza até mais segurança aos técnicos que estão licenciando, por
124 passar pelo crivo do controle social, então será discutido com maior profundidade no
125 Conselho do que em audiências públicas como vem sendo feita e o próprio técnico fica mais
126 seguro das opções, porque além da alta complexidade de um projeto desses, que é um
127 projeto estruturante, ele não é um empreendimento isolado, significando que a partir dele
128 muita coisa vai mudar no território, desde indústrias, habitação, saúde, portos, etc. Os
129 impactos são muito altos, tanto no que se refere à parte ambiental, quanto na parte
130 econômica a partir da estruturação que esse empreendimento traz ao território. Da mesma
131 forma que passar pelo Conselho dar mais segurança não só aos técnicos, como também a
132 sociedade que se vê representada, através de um Conselho que vai ter um nível mais
133 profundo de análise que uma audiência pública, respaldando melhor as discussões,
134 inclusive em territórios. Então, passar pelo CEPRAM só tem vantagens para todos os lados,
135 compreendendo a relevância, a sustentabilidade e as melhores alternativas.

136 Márcia Telles – INEMA pontuou que essa licença foi requerida em março de 2012 e teve
137 portaria publicada em junho de 2016, foi um procedimento submetido ao Estudo e Relatório
138 de Impacto Ambiental- EIA/RIMA e que todas as exigências definidas para um processo
139 desse porte foram realizadas, exigidas pelo órgão ambiental e atendidas pelo
140 empreendedor. Todas as audiências públicas foram realizadas nos municípios atingidos:
141 Vera Cruz, Salvador e outros que estão elencados no processo. É importante que se
142 perceba o tempo que essa licença já foi expedida dentro de toda legalidade, por que se
143 assim não fosse já teria sido questionada. Outro ponto é com relação à avocação, disse
144 também não haver problema até porque consta na normativa legal, o que o Estado entende
145 é que o avocar não se confunde com competência licenciatória, a competência licenciatória
146 é do órgão ambiental, no caso o INEMA e quanto a isso não existe nenhuma dúvida. Se
147 existe alguma dúvida na confusão desses dois instrumentos entre avocar e competência
148 licenciatória pode-se fazer uma consulta, mas é importante que se saiba de que as duas

149 coisas não se confundem. Pontuou que é importante que a avocação seja efetiva e
150 qualificada, pois já houve a avocação de um processo Mangaba Cultivo de Coco e esse
151 processo ficou mais de três meses no CEPRAM e nenhuma manifestação e /ou sugestão
152 foi feita, ou seja, o processo voltou exatamente do jeito que ele veio. É necessário que a
153 avocação, seja pelo menos para olhar o processo, avaliá-lo e propor qualquer tipo de
154 sugestão, complementação que se fizer necessária e é importante que o tempo também
155 seja avaliado. Pontuou, ainda, que o processo de licenciamento de implantação da ponte
156 ainda não existe.

157 Roberta Casali – OAB, pontuou que diante dessa celeuma toda, diz ser oportuno
158 encaminhar o processo para PGE, já que o CEPRAM é uma administração indireta, para
159 que se manifeste sobre o que significa avocar para que não se crie uma nulidade, e possa
160 daí, dar seguimento na licença de implantação. Felizmente não está discutindo a avocação
161 para Licença Prévia -LP, está bem claro que se trata de uma manifestação de um futuro
162 processo de Licença de Implantação - LI ou uma avocação para concessão de uma LI após
163 parecer técnico do INEMA. Então é importante passar por essa fase com muita segurança
164 para não gerar uma nulidade posterior por uma inobservância de um rito.

165 Pedro Diamantino – convidado UEFS pontuou quanto à abrangência daquilo que se quer
166 avocar em termos processuais, diz, ainda, que para deliberação do CEPRAM é interessante
167 que estabeleça o quadro temporal ou os atos administrativos que devem ser objeto dele.
168 Sabe-se que o licenciamento é um processo complexo, no entanto ele é um processo uno.
169 Então, uma vez avocado sem a delimitação da fase, significa dizer que ele continua
170 avocado.

171 João Carlos da Silva – Secretário Sema, após ouvir as explanações dos diversos
172 representantes chamou a todos a uma reflexão sobre o papel do conselho que é
173 incontestável, sobretudo pelo que ele representa, pela sua formação, pela sua construção
174 democrática, mas também não podemos perder de vista que a competência legal do
175 licenciamento é do INEMA e também não podemos deixar de levar em consideração o
176 contexto ambiental, social, cultural e econômico do projeto da ponte Salvador /Itaparica, pois
177 se levar em consideração só uma vertente o processo não passa a ter um viés democrático.
178 Defendeu a tese de que é o momento de submeter à PGE e ao campo jurídico para nortear
179 qual será o caminho correto.

180 Mariana Mascarenhas – SECEX informou que vai encaminhar ao jurídico para ter a
181 compreensão sobre o assunto, vez que o processo não está formado ainda e voltará a
182 tratar desse assunto quando tiver um retorno da PGE. Esclareceu que para o Conselho
183 votar no requerimento de avocação da ponte, precisa estar seguro do que ele está votando,
184 então não tem como submeter à plenária a uma votação que não está clara. Passou-se para
185 o próximo ponto de pauta, referente à proposta de discussão na CTAJIN de alteração das

186 atribuições e composições da CT Recursal delegando a mesma competência para julgar.
187 Esclareceu que foi uma solicitação dos Conselheiros e só está informando que está
188 submetendo esse pleito à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais, para
189 tentar achar um caminho possível para isso. Esclareceu, ainda, que a CT Recursal
190 continuará trabalhando normalmente da forma como está, pois tem muitos processos para
191 serem analisados. A plenária concordou. Passou-se para apreciação da proposta de
192 aprimoramento das audiências públicas no processo de licenciamento ambiental, esse
193 documento foi enviado por Severino Agra – UFBA, e o documento foi encaminhado para
194 todos.

195 Severino Agra – UFBA, informou que a proposta já havia sido encaminhada para a câmara
196 técnica e, por esta razão, não ia lê todo texto. Mas a proposta em síntese consistia em dar
197 uma recomendação para apreciação do CEPRAM de um procedimento mais didático para
198 as audiências públicas, seguindo o embasamento jurídico e contextual sobre a necessidade
199 de melhoria das audiências públicas, estabelecendo o passo à passo, os tempos de cada
200 intervenção nas audiências, ou seja, o tempo para a apresentação do projeto, o tempo para
201 cada etapa, desagregando as etapas dos estudos de impactos e acrescentando duas coisas
202 que não tinham antes - que já se venha para a audiência pública com o parecer do INEMA,
203 se o estudo de impacto atende ou não, e outra questão é que não pode fazer audiência
204 pública com informações complementares sendo solicitadas, pois o que é discutido na
205 audiência pública não vai ser o documento final que vai ser submetido.

206 Mariana Mascarenhas – SECEX, explica que como existem propostas que estão
207 encaminhadas, mas ainda não estão no formato da resolução, tem que ser analisada e
208 discutida. Sugeriu que essa discussão não seja feita nesse momento, devendo ser discutida
209 em câmara técnica, inclusive a CTPPDS que tem outras propostas na pauta relacionadas
210 com esta. Então, sugeriu juntar e tentar organizar as pautas. Todos concordaram que essa
211 proposta fosse para CTPPDS. Depois tratou-se da Proposta de Recomendação CEPRAM
212 para normatização de licenciamento ambiental de resíduos de saúde, também proposta por
213 Severino Agra - UFBA.

214 Severino Agra – UFBA, pontuou que já existe uma resolução no CONAMA que determina
215 que as unidades prestadoras de serviços de saúde, que vai desde qualquer comércio de
216 material hospitalar até hospitais, sejam submetidas ao licenciamento ambiental e essa
217 resolução tem sido praticada por vários municípios, exigindo o plano de gerenciamento de
218 resíduos de serviços de saúde. Em uma pesquisa feita há três anos, alguns municípios,
219 principalmente, Salvador não estão tendo normatização sobre esse procedimento. Então, a
220 proposta é que seja encaminhada ao CEPRAM uma norma para se discutir quais são as
221 atividades que devem ser submetidas ao licenciamento, pois não se pode deixar essa lei há

222 anos sem ter uma definição do Conselho. Diante disso, a solicitação é que o INEMA
223 coloque na prioridade regulamentar a resolução do CONAMA no Estado da Bahia.

224 Márcia Telles – INEMA, esclareceu que todos os equipamentos que trabalham com
225 resíduos de saúde, sejam eles quais forem, estão submetidos ao decreto 14.024, anexo VIII
226 que define portes e potencial poluidor para licenciamento, então já está posto o decreto
227 regulamentador para toda e qualquer equipamento que trabalhe com resíduos de saúde,
228 inclusive por sorte do INEMA o PGRE que é o Plano de Gerenciamento de Resíduos de
229 Saúde, já é uma exigência absoluta na análise do licenciamento, ou seja, o empreendedor
230 apresenta o plano à vigilância sanitária e o INEMA analisa o que foi apresentado nesse
231 plano, inclusive pedindo complementação e melhoria.

232 Severino Agra – UFBA, disse que o decreto regulamentador é usurpação do direito do
233 CEPRAM de regulamentar critérios de licenciamento. Informou que já existe um pleito na
234 câmara técnica sobre esta questão. Esclareceu que na resolução de gestão ambiental
235 compartilhada tem uma listagem com vários equívocos, e uma delas é que hospital não tem
236 que ter licenciamento, quando a lei municipal de Salvador já coloca hospitais obrigado a
237 licenciamento. Questionou que a lei que foi colocada como diretrizes gerais da gestão
238 compartilhada é uma norma geral para orientação dos municípios e deveriam constar
239 hospitais. Disse que na legislação existe uma lacuna acerca desse tipo de orientação.

240 Márcia Telles – INEMA, complementou que o licenciamento de hospitais se não está no
241 decreto ou na resolução do CEPRAM, não é uma normativa que vai fazer esse
242 licenciamento acontecer, mas sim uma alteração no decreto 14.024. A instrução normativa
243 não tem essa característica e determinação de trazer o licenciamento.

244 Mariana Mascarenhas – SECEX, complementou que o CEPRAM tem competência para
245 decidir se vai incluir o item de hospitais na resolução de impacto local, que não consta. O
246 outro pleito é o Conselho fazer uma recomendação ao governador para alteração do decreto
247 14.024, que é de competência do governo.

248 Marcos Machado – Diretoria de Fiscalização INEMA, esclareceu que apesar de hoje a
249 legislação dispensar estabelecimentos hospitalares de licenciamento, isso não quer dizer
250 que o órgão não fiscalize. O órgão fiscaliza a disposição de resíduos, então resíduos de
251 saúde devem ser depositados legalmente de acordo com a legislação, sendo passível de
252 licenciamento as empresas que processam esses resíduos e, portanto o INEMA licencia,
253 fiscaliza e também, vai até esses estabelecimentos hospitalares e notifica para
254 apresentação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e examina se o
255 plano está de acordo com as normas técnicas. Esclarece, ainda, que não é que fique sem
256 nenhum controle, existe sim um controle feito através das fiscalizações.

257 Mariana Mascarenhas – SECEX, propôs como encaminhamento, primeiramente submeter à
258 matéria a CTGAC para que esta avalie a inclusão disso na resolução de impacto local e

259 todos concordaram. O próximo ponto de pauta refere-se à apreciação da proposta de
260 Recomendação CEPRAM para elaboração do Programa Estadual do Meio Ambiente, pleito
261 de Severino Agra – UFBA.

262 Severino Agra- UFBA, informa que a constituição estadual prevê que todo início de governo
263 é exigido que se apresente o Plano Plurianual e também o Plano Estadual do Meio
264 Ambiente, e que infelizmente isso nunca foi cumprido. A proposta é que saia recomendação
265 do Conselho para que não deixe de cumprir um requisito constitucional de se elaborar o
266 Plano Estadual do Meio Ambiente, no momento em que o Plano Plurianual está sendo
267 trabalhado. Ressaltou que é muito importante para o CEPRAM, como instância colegiada,
268 participar desse processo de discussão do planejamento estratégico do Estado, tendo a
269 oportunidade de reproduzir e materializar de fato os objetivos da política estadual do meio
270 ambiente, que quer buscar o desenvolvimento sustentável e outros objetivos mais.

271 Mariana Mascarenhas – SECEX, pontuou que ninguém é contrário a isso, inclusive já foi
272 conversado sobre isso dentro da SEMA, em 2009 foi contratado um estudo e em 2010 esse
273 estudo foi entregue com um diagnóstico que precisa ser atualizado, mas independente da
274 recomendação a SEMA já está se movimentando, já foram resgatados os materiais antigos
275 e a proposta de retomar um grupo de trabalho dentro da SEMA e do INEMA para
276 prosseguimento desses trabalhos. Porém, informa que o texto da recomendação vai ter que
277 ser passado para CTAJIN, para ser ajustado e por isso não pode ser submetido à votação
278 nesse momento.

279 Evilásio Fraga - Sindicato dos Produtores Rurais de Ibicoara, pontuou que a reunião de hoje
280 está muito interessante, muitos assuntos abordados, bons debates, porém levantou a
281 questão que cada segmento tem suas prioridades e pontos que consideram importantes e
282 existe a capacidade do Estado e a capacidade da SEMA, da SECEX e do INEMA,
283 ensejando uma reflexão para a necessidade de elencar as prioridades a fim de otimizar o
284 tempo, o recurso e os esforços para que se tenha um resultado melhor.

285 Severino Agra – UFBA, justificou que a proposta de recomendação não tem nenhum
286 conteúdo tão específico e que mereça ir para a câmara técnica, pois entende que ir para
287 Câmara Técnica significa postergar uma decisão que deveria ser tomada de imediato. O
288 objetivo dessa proposta é primeiro que se tenha um plano e que deveria ser prioridade
289 número 01 desse Conselho. E o plano plurianual vai andar e a proposta de Plano Estadual
290 do Meio Ambiente nem começou, então vai perder o sentido da proposta.

291 Mariana Mascarenhas – SECEX, esclareceu que isso não se trata de uma deliberação, mas
292 sim de uma recomendação, então o fato de ser uma recomendação não está postergando
293 nada. Após diversas opiniões, entrou-se em consenso da necessidade de um planejamento
294 para quando a matéria vier para o CEPRAM, a fim de ser encaminhado o que for prioridade
295 e desta forma ir eliminando as demandas. Porém enquanto não se tem esse planejamento,

296 a plenária concordou em colocar em votação a recomendação para elaboração do Plano
297 Estadual do Meio Ambiente, sendo assim foram 14 conselheiros favoráveis a recomendação
298 e 10 conselheiros contra a aprovação da recomendação. Diante disso a recomendação foi
299 aprovada.

300 Mariana Mascarenhas – SECEX, contextualizou sobre o pleito de novas eleições solicitado
301 pela FETAG no processo eleitoral, que todos vocês vivenciaram no ano passado, quando a
302 FETAG se inscreveu para a vaga de trabalhadores rurais e no dia da eleição eles não
303 apareceram e só tinha eles inscritos, para esta vaga e com isso houve a vacância do
304 assento desta vaga. Diante da vacância, a FETAG queria mandar os nomes, porém foi
305 explicado que não poderia, pois existe um processo eleitoral e para eles entrarem teria que
306 ser aberto um novo processo eleitoral para todas as vacâncias e que isso é uma decisão
307 da plenária. Diante do exposto, foi perguntado à plenária se quer que a SECEX priorize um
308 novo processo eleitoral para as vacâncias, lembrando que isso demanda tempo e
309 mobilização, elaboração de edital, equipe e etc. Esclareceu, ainda, que vacante só tem a
310 vaga de trabalhadores rurais, as demais são indicações que faltam da ALBA e COPIBA. Foi
311 colocado em votação a abertura de um processo eleitoral para a vaga de trabalhadores
312 rurais para até o final dessa gestão. Sendo assim foram 02 (dois) votos favoráveis,
313 17(dezessete) votos contrários e 05 (cinco) abstenções, ou seja, a vaga de trabalhadores
314 rurais continuou vacante.

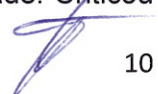
315 Mariana Mascarenhas – SECEX retornou para o ponto de pauta - definição dos
316 Conselheiros para a visita à Cetrel e solicitou as indicações dos representantes do setor
317 empresarial e da sociedade civil, ficando da seguinte forma: Setor Empresarial: Luís Galvão
318 - Sindical, Ruy Argeu - SINCOFARMA, Walter Schimmelpfeng – Fecomércio, Evilásio Fraga
319 – Sindicato Rural de Ibicoara e José Roberto Celestino - Abes de suplente. Sociedade Civil:
320 Severino Agra – UFBA, Cláudio Mascarenhas – Germen, Grigório Rocha – Sindae, Miguel
321 Accioly – Ufba, Manoel Ailton – Comunidade Quilombola e Renato Cunha – Gambá como
322 suplente. Após debates passou-se para o que ocorrer.

323 Amanda da Silva – ADES pontuou a necessidade dos Conselheiros do CEPRAM
324 acompanharem as autorizações de supressão de vegetação e as outras autorizações,
325 destacando como exemplo a última autorização que foi publicada no DOE, de 22 de maio de
326 2019, que é uma prorrogação de prazo de autorização de supressão de vegetação de quase
327 25 mil hectares no município de Formosa do Rio Preto para o empreendimento Delfin, que
328 é um dos empreendimentos que compõem o condomínio Estrondo, já destacado no caderno
329 Branco de grilagem do INCRA, por ser resultado da apropriação ilegal de mais de 400 mil
330 hectares de terras no Oeste da Bahia, no coração do Matopiba, essa região geográfica
331 construída para expansão do agronegócio na região de cerrado. Registrou, ainda, o repúdio
332 e indignação, porque na época em janeiro de 2015 quando foi publicado no DOE essa

333 referida autorização, foi amplamente contestada, através de ofícios que questionava a
334 autorização, os danos que causaria ao meio ambiente e a legalidade do ato para diversas
335 instâncias, tanto públicas quanto associações sem fins lucrativos. Informou que desde 2017
336 a área que é apresentada como reserva legal, está de posse das comunidades tradicionais,
337 por decisão da justiça da Bahia. Então, solicitou que o INEMA tivesse ciência de outras
338 informações, para assim poderem fazer atualização de outros fatos ao processo, inclusive
339 de que as áreas do condomínio Delfin, que tem sido contestada e então apresentada como
340 reserva legal, hoje não está de posse dela, por determinação do Tribunal de Justiça da
341 Bahia. Informou, também, que em abril deste ano os Desembargadores da Bahia
342 mantiveram a área sobre posse das comunidades. Reafirmou o repúdio a essa autorização
343 e reforçou a necessidade do requerimento para que seja feita instruções para que se
344 possam levar em conta as questões fundiárias no Oeste da Bahia.

345 Luiz Vitor – IDEIA tendo em vista que surgiu uma controvérsia a cerca do significado da
346 palavra avocar e o que deve acontecer em relação ao processo avocado pelo CEPRAM,
347 quem deve deliberar sobre o que é avocado e o que está disposto no regimento do
348 CEPRAM, solicitou do secretario do Meio Ambiente que faça a sobreposição do
349 licenciamento em curso, com relação ao Projeto Mangaba Cultivo de Coco, até que essa
350 controvérsia seja dirimida por quem de direito, pois está em via de ser emitida a licença de
351 instalação e, então, parte do Conselho entende que deve existir um relator e o processo de
352 licenciamento tendo sido avocado deveria ter sido tramitado dentro do CEPRAM. Passou a
353 palavra Raimundo, representante da comunidade Cobra da Onça, que vai explicar as
354 conseqüências do projeto Mangaba Cultivo de Coco para a comunidade.

355 Raimundo Siri – convidado pontuou que mora em uma comunidade de pescadores e
356 trabalha em uma empresa que não demite, não decreta falência, não polui e pelo contrário
357 ela é poluída pelas grandes empresas, complementou dizendo que é pescador artesanal e
358 trabalha no mar de onde tira seu sustento. Explicou que Cobra da Onça é uma Ilha
359 Oceânica que faz parte da Ilha de Boipeba, com uma população de aproximadamente 1000
360 pessoas e que vive basicamente da pesca e da colheita da mangaba, sendo a maior
361 produtora de mangaba do Estado da Bahia. Informou que a comunidade de Cobra da Onça
362 ficou sabendo desse projeto somente em 2014 e se surpreendeu quando soube que o
363 processo Mangaba Cultivo de Coco existe desde 2011. Explicou que o projeto ocupa 25%
364 de uma ilha em cima de habitat natural de ganhamum, que cerca totalmente a comunidade.
365 Pontuou que estava surpreso com o fato do projeto ter ido para o CEPRAM e voltar sem
366 nenhum Conselheiro requerer nada, sendo que é um espaço para defender o meio ambiente
367 e que isso é muito estranho, porque se trata de um projeto que devasta totalmente um lugar
368 historicamente conservado por seus moradores. Questionou o posicionamento do INEMA
369 referente ao processo e o fato de até hoje o órgão não ter escutado a comunidade. Criticou



370 a assinatura de um termo de compromisso entre o Estado e o empreendedor, onde o
371 empreendedor se responsabiliza em pagar R\$ 183.375,00(cento e oitenta e três mil e
372 trezentos e cinco reais) para trabalhar educação ambiental, atividade esta que a
373 comunidade já faz há anos a fim de proteger a ilha. Por fim, ressaltou que a comunidade
374 não está contra o capitalismo, o que está sendo reivindicado é a terra e a continuidade as
375 suas vidas, as atividades de colheitas das mangabas e de pesca, ou seja, a manutenção da
376 cultura da comunidade. Disse que aquela terra é da comunidade por ser uma terra devoluta
377 do Estado.

378 João Carlos da Silva – Secretário SEMA esclareceu que 15 dias depois de ter assumido a
379 Secretaria foi apresentado um cálculo de compensação dessa área e foi solicitado aos
380 jurídicos SEMA/INEMA que se posicionassem com relação ao cálculo e foi informado que
381 aquele era o valor real. Relatou que houve em momentos distintos reuniões entre a SEMA,
382 INEMA, representantes da comunidade e representantes da prefeitura de Cairú, para
383 explanar sobre os diferentes pontos de vistas, a fim de promover o diálogo e esclarecer as
384 dúvidas do processo. Esclareceu, também, que foi proposta uma reunião para o dia 14 de
385 maio com a participação da comunidade, da SEMA, do INEMA e do Ministério Público
386 Estadual e Ministério Público Federal, para se tirar todas dúvidas que existiam nesse
387 processo, porém esta reunião não foi realizada pois, o representante do Ministério Público
388 Federal de Ilhéus informou que eles não iriam poder participar e que inclusive esse processo
389 estava sendo julgado por ele e portanto solicitava a suspensão desta reunião. Por conta
390 disso a reunião foi suspensa. Pontuou que no dia 15 de maio o Ministério Público mandou
391 correspondência para SEMA e o INEMA informando a suspensão do processo, em função
392 do responsável pela implementação do projeto não ter comprovado a documentação de
393 propriedade e o Estado concordou com o posicionamento. Ressaltou que na hora de
394 trabalhar o licenciamento precisa-se ter não só o olhar formal e técnico, mas também o olhar
395 para informalidade e sensível a leitura das comunidades do ambiente em questão. Disse,
396 ainda, que a lei é importante e existe para ser cumprida, porém não se deve perder de vista
397 que o ambiente também coloca a informalidade na frente da formalidade, então precisa ter
398 essa dimensão e passar a discutir isso dentro dos nossos contextos ambientais.

399 Pedro Diamantino - convidado UEFS esclareceu que o projeto Mangaba Cultivo de Coco é
400 uma situação de grilagem de terra, pois o projeto trata de demarcação de lotes em cima de
401 terras da União e é empreendedor que solicita a licença do INEMA, inclusive a razão social,
402 a finalidade e o objetivo do projeto é cultivo de coco e não tem nada haver com loteamentos.
403 Então, como a coisa está sendo feita ela está se transformando em um loteamento irregular
404 clandestino e que o processo possui uma série de irregularidades, inclusive o município
405 expediu uma certidão de conformidade em total desacordo com a legislação municipal.
406 Ressaltou que esse processo foi avocado e essa avocação foi aprovada por unanimidade

407 neste Conselho, foi colocado a disposição, ninguém se manifestou e o processo voltou para
408 o INEMA e no entendimento ele continua avocado de modo porque o licenciamento
409 ambiental ele é dividido em fases, mas ele é um processo uno, diante disso cabe ao
410 CEPRAM retomar as rédeas desse processo. Informou que o Ministério Público federal
411 realmente fez uma recomendação ao INEMA de suspensão desse processo de
412 licenciamento, até que a questão da dominialidade da terra seja dirimida, inclusive um pleito
413 que ocorre na secretaria do patrimônio da União de reconhecimento da territorialidade das
414 comunidades pesqueiras e de comunidades quilombolas. Aproveitando os esclarecimentos
415 que o secretário deu solicitou saber se o INEMA acatou ou não as recomendações do
416 Ministério Público Federal.

417 Márcia Telles – INEMA pontuou que a recomendação do Ministério Público foi recepcionada
418 pelo INEMA, a qual traz algumas questões jurídicas que estão sendo analisadas pela
419 Procuradoria Jurídica do INEMA e somente depois dessa análise vai se manifestar, se acata
420 ou não a recomendação. Esclareceu que não tem como dar essa resposta agora, pois esta
421 matéria não estava em pauta, mas ficou de passar essa informação na próxima reunião do
422 CEPRAM.

423 Mariana Mascarenhas – SECEX disse que em relação a esse processo realmente deveria
424 ter tido um procedimento mais detalhado de como fazer a tramitação de um processo que é
425 avocado, porém foi a primeira vez que um processo foi avocado e na ocasião ninguém
426 questionou nada do procedimento adotado pela SECEX. Na época Luiz Vitor avocou, mas
427 teve-se muita dificuldade, pois ninguém estava tendo disponibilidade para analisar o
428 processo, na época foi solicitado pela SECEX que o Luiz Vitor fosse o relator do processo e
429 ele não tinha disponibilidade e por esta razão o processo foi devolvido a plenária informando
430 que iria ser devolvido ao INEMA, porque ninguém havia mexido no processo e naquele
431 momento não houve questionamento da plenária. Ressaltou que é importante que se tenha
432 um debate melhor sobre o processo, mas não se pode dizer que ele não foi finalizado na
433 tramitação aqui na plenária, porque ele foi. Esclareceu que ainda não existe procedimento
434 para os processos avocados, mas isto vai constar na pauta do Conselho e que, então, vai
435 aguardar o parecer da PGE sobre a avocação, porém não tem como impedir que o INEMA
436 continue trabalhando.

437 João Carlos da Silva – Secretário SEMA pontuou que a recomendação da secretaria é que o
438 INEMA paralise esse processo enquanto não tem definição da justiça e quando tiver
439 definição da justiça não tem problema nenhum em se discutir o processo, pois a
440 transparência é um forte elemento de construção do processo democrático, propõe isso com
441 muito respeito a todos os segmentos.

442 Renato Cunha – GAMBÁ solicitou saber do secretário, sobre o decreto que saiu do Governo
443 Federal sobre a redução de conselheiros de 97 para 22 do CONAMA sem consulta a

444 sociedade e os governos estaduais parece que também nem foram consultados. Lembrou
445 ainda que o CEPRAM aprovou uma moção para que não houvesse essa violência ao
446 CONAMA e a gestão ambiental. Questionou qual a posição do Estado em relação a esse
447 decreto e se esse posicionamento foi levado para reunião da ABEMA (Associação dos
448 Órgãos Estaduais do Meio Ambiente), a fim de tentar reverter esse processo. Salientou que
449 os Conselheiros da sociedade civil, os municípios, a Associação Brasileira dos Membros do
450 Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA assinaram uma representação ao
451 Ministério Público Federal com relação a isso, pois tem que reforçar a proposta para não
452 deixar que a participação social no processo de gestão ambiental federal acabe. Aproveitou
453 o momento para entregar duas cartas uma das ONGS de Mata Atlântica, pois dia 27 de
454 maio foi o dia nacional da Mata Atlântica e foi feito um evento em São Paulo no Conselho
455 Nacional da Reserva da Rede de ONGS da Mata Atlântica, colocando a importância dessa
456 rede e solicitou que encaminhasse para todos os Conselheiros. Disse, inclusive, que o
457 Secretario falou que está no momento da reativação do Comitê da Reserva da Biosfera da
458 Mata Atlântica, que tem um decreto de alteração e deve ser assinado 05 de junho.
459 Comunicou que a reunião do Comitê Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica vai
460 acontecer aqui na Bahia em novembro. A outra Carta refere-se à carta de repúdio e apoio
461 sobre questões de gestão ambiental que esta sendo colocada na semana do meio
462 ambiente, que passam não só pelo Governo Federal, mas passa pela gestão ambiental
463 como um todo, pois deve ser fortalecido para que não se tenha mais retrocessos legislativos
464 e de gestão e solicitou que seja encaminhada para todos os conselheiros. Solicitou também
465 esclarecimentos quanto ao decreto de alteração em parte da estrutura da SEMA e do
466 INEMA, se isso foi bem discutido. Inclusive pontuou a necessidade de fortalecimento da
467 SECEX, pois Mariana e a equipe estão fazendo um bom trabalho, mas precisa ser
468 fortalecido também para que os colegiados como um todo venham a ser conduzidos da
469 melhor forma possível. Solicitou marcar uma data para reunião do GT chumbo, para retomar
470 esse trabalho referente à contaminação de chumbo em Santo Amaro. E por fim solicitou
471 acesso a um processo de licenciamento da mineração de ferro da Quinalf que fica na Bahia
472 de Camamu.

473 Miguel Accioly pediu para deixar registrado em ata que a defensoria pública criou um grupo
474 de trabalho amplo sobre toda a situação ambiental de Santo Amaro, e que inclusive tem
475 representação da SEMA. Diante disso, propôs que o GT chumbo do CEPRAM e o GT da
476 defensoria se integrassem, pois inclui não só o chumbo, mas também a Fábrica da Penha.
477 João Carlos da Silva - Secretário SEMA pontuou referente ao decreto federal de redução do
478 CONAMA, que isso foi um absurdo, extremamente preocupante e que o pronunciamento da
479 SEMA na ABEMA foi, principalmente referente a representação da sociedade civil ter sido
480 uma conquista da sociedade e isso não foi recebido de mão beijada e de uma hora para

481 outra vem uma medida autoritária sem ouvir ninguém e esfacela o conselho, que sai de 97
482 integrantes para 22. Inclusive fez questão de encaminhar para conhecimento do Conselho
483 esse decreto, no intuito de ter um posicionamento do CEPRAM. Informou, ainda, que o
484 diálogo com o Ministério do Meio Ambiente está muito difícil. Pontuou que a ABEMA
485 divulgou uma nota que foi ratificada pela Bahia e falou que vai encaminhar esta nota para
486 conhecimento do CEPRAM.

487 Luiz Vitor – IDEIA informou que na região da Barra dos Carvalhos, São Francisco e
488 imediações já está havendo um volume de empreendimentos clandestinos de carcinicultura
489 que estão prejudicando muito o manguezal e solicitou a realização de fiscalização na área.

490 João Carlos da Silva – Secretário SEMA pontuou que dentro da proposta que se tem na
491 secretaria de transformar o meio ambiente em uma pauta positiva, na Semana do Meio
492 Ambiente 03 à 7 de junho está se propondo algumas ações que já vão começar a colher
493 alguns frutos, por exemplo dia 05/06 tem as assinaturas de vários convênios e decretos.

494 Mariana Mascarenhas – SECEX apresentou as atividades da semana do meio ambiente e
495 informou que vai encaminhar a programação completa para todos. A reunião foi encerrada e
496 ata vai ser assinada e aprovada.

497 **Presidente CEPRAM:** João Carlos Oliveira da Silva



498 **Secretaria Executiva:** Mariana S. Mascarenhas

499 **Conselheiros presentes:**

500 Márcia Telles – INEMA

501 Ana Maria da Lima Santos – SEINFRA

502 Taís Gouveia – SDE

503 Roberto Maximiano Pereira –SEPLAN

504 Ana Livia Guimarães – SEDUR

505 Wal Goulart de Macedo Santana Junior - UPB

506 Jorge Emanuel Cajazeira - FIEB

507 Luís Fernando Galvão - SINDICAL

508 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

509 Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ

510 José Luizz Pucci – SINDIMIBA

511 Diogo Assis Cardoso – SINDICOM

512 Benedito Vieira dos Santos – SICOMERCIO

513 Ruy Argeu do Amaral – SINCOFARMA

514 Alessandra Cotrim Reis - AIBA

515 Ricardo Borges da Cunha – Sindicato Rural de Camacã

516 Evilásio da Silva Fraga – Sindicato Rural de Ibicoara

517 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

- 518 Júlio Cezar Ribas - FECOMERCIO
- 519 José Roberto Pedreira Franco - ABES
- 520 Roberta Casali Bahia Damis – OAB/BA
- 521 Manoel Ailton Rodrigues – Comunidades Quilombolas
- 522 Grigório dos Santos Rocha - SINDAE
- 523 Severino Soares Agra Filho – UFBA
- 524 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
- 525 Renato Cunha - Gambá
- 526 Amanda Santos Silva – ADES
- 527 Claudio Mascarenhas – GERMEN
- 528 Lucidalva Rodrigues Nogueira - PRISMA
- 529 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil
- 530 Joaquim Cardoso Filho - OCT